

# Políticas de formação de professores: perfil dos alunos do curso de Ciências - Licenciatura da Unifesp

*Teacher training policies:  
Unifesp's Science – Unifesp Licentiate Course students' profile*

*Políticas de formación de profesores:  
perfil de los alumnos de Ciencias - Licenciatura de la Unifesp*

---

MÁRCIA APARECIDA JACOMINI  
MARIAN A. L. DIAS  
MARILENA A. SOUZA ROSALEN

**Resumo:** Este artigo descreve e discute as características dos alunos do curso de Licenciatura em Ciências da Universidade Federal de São Paulo, à luz das políticas de expansão da educação superior para a formação de professores e da (des)valorização da carreira docente a partir da análise dos resultados da pesquisa sobre o perfil dos ingressantes. Aplicou-se um questionário a 99 alunos, com temas relacionados ao percurso educacional, condições socioeconômicas e escolha profissional, além de entrevista semiestruturada com oito deles. Constatou-se que eles, majoritariamente, são jovens vindos da escola pública e pertencem às classes C e D. Os resultados indicaram pouco interesse pela carreira docente, o que aponta a necessidade de políticas efetivas de valorização do trabalho docente para que essa profissão seja atrativa aos egressos do ensino médio.

---

**Palavras chave:** formação de professores; Licenciatura; ensino superior; políticas educacionais.

**Abstract:** This article describes and discusses the profile of students enrolled in the Licentiate Course in Sciences at the Federal University of São Paulo, in light of higher education expansion policies, especially those concerned with teacher training and (de)valuation of the teaching career based on the results of an analysis conducted on the new students' profile. A questionnaire was answered by 99 recently-enrolled students, and included questions related to educational background, social and economic status and career choices, as well as semi-structured interviews with eight students. The survey found that most students come from public schools and belong to classes C and D. The results indicate a lack of interest in the teaching career, pointing to a need for effective policies valuing the teaching profession to make this a more attractive career in the eyes of young high school graduates.

---

**Keywords:** teacher education; licentiate course; licentiate degree; higher education; educational policies.

**Resumen:** En este artículo se describen y se analizan las características de los estudiantes de Licenciatura en Ciencias, modalidad docente, en la Universidad Federal de São Paulo, a la luz de las políticas de expansión de la educación superior para la formación docente y de la (des)valorización de la carrera docente desde el análisis de los resultados de la investigación sobre el perfil de los estudiantes que ingresan. Se aplicó un cuestionario a 99 alumnos, con temas relacionados al recorrido educacional, las condiciones socioeconómicas y la opción profesional, además de entrevistas estructuradas con ocho de ellos. Se constató que los jóvenes son, en su mayoría, provenientes de escuelas públicas y que pertenecen a las clases C y D. Los resultados evidencian poco interés en la carrera docente, lo que pone en relieve la necesidad de una valoración efectiva de las políticas de enseñanza para que la profesión sea atractiva a los graduados de la escuela secundaria.

**Palabras clave:** formación de docentes; enseñanza; educación superior; políticas.

## INTRODUÇÃO

A consolidação do direito à educação no final do século XX, fruto de reivindicações de caráter democrático e do desenvolvimento econômico e social dos últimos 50 anos, tem intensificado os debates acerca da qualidade da educação, ao mesmo tempo em que aumenta a pressão para a ampliação do acesso ao ensino superior.

O Estado brasileiro vem envidando esforços, embora ainda insuficientes, para oferecer vagas no ensino médio aos egressos do ensino fundamental, na perspectiva de universalizá-lo. Em 2009, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 90,6% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola; no entanto, a taxa líquida de escolarização para essa faixa etária era de apenas 50,9%<sup>1</sup>.

A universalização do ensino médio, na faixa etária de 15 a 17 anos, deve ser concluída até 2016, prazo limite dado pela Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009, que torna obrigatória a educação dos quatro aos 17 anos. O aumento de concluintes do ensino médio tem pressionado a ampliação de vagas no ensino superior. Em consonância com essa nova realidade, o projeto de Lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) (2011-2020) propõe “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (meta 12).

---

1 Taxa bruta de escolarização corresponde ao percentual de crianças e jovens que frequentam a escola numa determinada faixa etária. Taxa líquida corresponde ao percentual de matrícula na etapa da educação correspondente aquela faixa etária.

A realização do previsto na EC 59/2009 e no projeto de Lei do PNE (2011-2020) exigirá um incremento no número de professores no curto e médio prazo tanto para atuar na educação básica quanto na educação superior.

Apesar do aumento da demanda de professores e da escassez de professores no ensino médio (RUIZ; RAMOS; HINGEL; 2007), estudo realizado por Bernadete Gatti e Elba Barreto (2009) mostra que, embora tenha tido um grande crescimento na oferta de cursos de Licenciatura na última década, não houve um aumento equivalente nas matrículas. Isto significa que há vagas ociosas nesses cursos, principalmente nas instituições privadas, e denota que a carreira docente não se apresenta tão atrativa aos jovens egressos do ensino médio. O trabalho de Paulino Motter corrobora estes dados, principalmente, na área de ciências exatas e biológicas.

Um assunto que preocupa os formuladores de políticas educacionais e gestores dos sistemas de ensino é a falta de professores nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia. O Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica traz algumas informações relevantes para dimensionar o problema. A distribuição dos professores por disciplina que leciona revela baixa concentração de profissionais em Química (3,2%), Física (3,4%) e Biologia (3,5%). A situação parece mais confortável em Matemática disciplina à qual se dedicam 16,9% (MOTTER, 2007, p. 30).

Bernadete Gatti (2009) alerta para o fato de a docência está deixando de ser uma opção profissional para os jovens, em especial os da classe média, tornando necessários estudos que contribuam para elucidar os motivos que têm levado ao decréscimo da demanda pelo magistério, principalmente, na educação básica.

Contudo, a autora pondera, com base nos dados de sua pesquisa, que a carreira docente ainda é considerada como uma escolha possível e interessante por muitos jovens das classes populares, pois acreditam que a atividade docente permitirá uma atuação crítica que contribuirá para mudanças na realidade escolar e social. Torna-se fundamental, portanto, a existência de políticas “que tenham como prioridade não só a valorização do magistério visando evitar o declínio da profissão docente, mas que as pessoas que optem pela docência sejam de fato assistidas na sua formação inicial e em seu desenvolvimento profissional” (GATTI, 2009, p. 71).

Diante dessas questões, este artigo busca ampliar a discussão sobre a formação de professores, articulando os dados obtidos na pesquisa sobre o perfil dos alunos do curso de Ciências - Licenciatura (CL) da Unifesp, Campus Diadema, às políticas de expansão das universidades, em especial àquelas voltadas à abertura de novos cursos de formação de professores.

## AMPLIAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE: PROUNI E REUNI

Diante da ampliação do atendimento da educação básica rumo à universalização e da demanda pela ampliação de vagas na educação superior, o governo federal implementou o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Pode-se compreender o Prouni como uma medida que, ao conceder bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda estudarem em instituições privadas de ensino, visa ampliar o acesso da população que não encontra vagas nas instituições públicas de educação superior e não tem condições financeiras para arcar com as mensalidades das instituições privadas. O Prouni se estende a todas as universidades privadas que queiram aderir ao Programa. Como contrapartida às bolsas integrais e parciais oferecidas aos alunos de baixa renda, essas instituições têm isenção de imposto de renda, contribuição social para financiamento da seguridade social e contribuição para o programa de integração social.

Assim, se, por um lado, esse programa permite que um contingente maior de egressos do ensino médio tenha acesso à educação superior, por outro lado, há que se considerar que ele também contribui para o desenvolvimento e a manutenção das instituições privadas de ensino superior com e sem fins lucrativos, por meio das isenções fiscais. Ao direcionar esses recursos ao setor privado, o Estado está financiando cursos, muitas vezes de qualidade duvidosa, para uma parcela da população historicamente alijada dos bens públicos e dos direitos sociais (CARVALHO, 2006). Nesse contexto, apesar de o Prouni contribuir para a ampliação do acesso ao ensino superior, ele também contribui para a manutenção de diferentes padrões de oferta deste nível de ensino.

Atualmente, o setor privado é responsável pela maioria das matrículas do ensino superior. Em 2009, havia 27.827 cursos de graduação presenciais no Brasil, deste total 29,57% em instituições públicas e 70,43% em instituições privadas de ensino. Em relação à matrícula, 26,41% foram realizadas em instituições públicas e 73,59% em instituições privadas (BRASIL, 2009).

Em relação à totalidade dos cursos de formação de professores, a maior parte das matrículas ocorre no setor privado. Entretanto, quando se analisa a matrícula nas áreas de química e física essa situação se inverte, conforme apresentado no Quadro 1. No caso da biologia, temos quase metade das matrículas nas instituições privadas de ensino, seguindo a tendência geral em relação à formação de professores e, em relação à matemática, 38%. Em parte, isto se explica pelo fato de a demanda por professores de ciências (normalmente

formados em biologia) e matemática ser bem maior que a demanda de química e física, levando o setor público a dividir com o privado a formação desses professores.

### **Quadro 1 - Matrículas em curso de formação de professores - Brasil – 2009**

Dependência administrativa	Biologia	Matemática	Química	Física
Público	25.223	31.186	13.793	11.571
Privado	24.769	19.367	4.582	1.585
Total	49.992	50.553	18.375	13.156

Ainda como parte da ampliação do acesso à educação superior, o Reuni, criado em 2007, tem como principal objetivo a expansão das vagas nas universidades federais para alunos tradicionalmente excluídos da educação superior e visando a redução da evasão. Para atingir tais expectativas, propõe tanto a criação de novas carreiras superiores mais afeitas à realidade do aluno, como o aumento da oferta de cursos e vagas no período noturno. Observa-se, a despeito do mérito do programa no sentido de ampliar as vagas nas universidades federais, a tendência a adequar a oferta de cursos às condições dos alunos que não podem prescindir do trabalho para estudar. Cria-se, desta forma, uma condição diferenciada de estudo para esses alunos, na medida em que as condições sociais não são modificadas, seja pela distribuição de renda ou por meio de bolsas de estudo que garantam a sobrevivência do aluno durante a graduação. Embora as condições necessárias à realização de um curso superior não estejam totalmente garantidas, o Reuni busca garantir transporte, alimentação subsidiada, moradia estudantil, bolsas de pesquisa etc, benefícios fundamentais aos alunos das classes populares.

Contudo, se essa expansão não for realizada com a contratação do número de professores necessário à realização das tradicionais atividades universitárias e com uma infraestrutura adequada, a formação dos alunos ficará comprometida. Esta discussão é importante porque as universidades federais podem sofrer limitações orçamentárias, obedecendo aos parâmetros de produtividade e mercado preconizados pelas políticas econômicas nacionais e internacionais, num momento em que é fundamental aumentar os recursos financeiros para realizar adequadamente a expansão. A realização dos objetivos primordiais de uma universidade pública, quais sejam a formação de um pensamento crítico e a produção de cultura e de atividade científica, pode ser comprometida por um financiamento público insuficiente e pela pressão de alguns setores sociais para

que essa instituição passe a funcionar como uma empresa privada (CASTRO, 2011; SANTOS, 1999).

No tocante às atividades a serem desenvolvidas pela universidade, observa-se, desde o final do século XX, a crescente ênfase na pesquisa aplicada, com a possibilidade de o docente obter maiores ganhos para compensar seu defasado salário (LEDA, 2006). O incremento deste tipo de pesquisa, obviamente, gera também um aumento na oferta de cursos superiores afinados com tal proposta. Assim, não apenas a pesquisa básica, vocação da universidade desde seus primórdios (SANTOS, 1999), mas também a graduação em atividades básicas da sociedade – dentre as quais as licenciaturas – é desvalorizada. Neste cenário, as universidades são cobradas a responder à lógica do mercado, quer naquilo que produzem como pesquisa, quer na formação ofertada: é o denominado “capitalismo acadêmico” (SLAUGHTER; LESLIE, 1997). Configura-se uma situação na qual aquela população tradicionalmente excluída do ensino superior passa a frequentar a universidade, mas, frequentemente, em carreiras pouco valorizadas socialmente. Estaríamos, dessa forma, diante de uma forma de “inclusão marginal” (MARTINS, 1997) na educação superior?

## A UNIFESP, O CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA E A PESQUISA

A partir da política de expansão da educação superior protagonizada pelo governo federal, a Unifesp criou um programa de ações afirmativas voltadas à inclusão de estudantes de baixa renda, negros e indígenas, aumentou os cursos de graduação com a inauguração de novos *campi* e passou a ofertar cursos noturnos. Com essas medidas, deixou de ser uma instituição focada apenas na área da saúde, passando a atuar em diversas áreas.

Em 2011 foram oferecidas 2.613 vagas, em 33 cursos de graduação distribuídos em sete *campi*. No campus de Diadema, há os cursos de graduação (bacharelado) em Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, Química e Química Industrial e o curso de Licenciatura em Ciências (Química, Física, Matemática e Biologia). Há também os Programas de Pós-Graduação (nível mestrado) em Biologia, Química, Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade, Ecologia e Evolução.

O curso de Ciências - Licenciatura do campus de Diadema teve início em 2010, com a oferta de 200 vagas, 100 para o período diurno e 100 para o noturno. Diferentemente dos tradicionais cursos de bacharelado/licenciatura em que os alunos fazem as chamadas disciplinas pedagógicas ao longo do curso, muitas vezes de forma não integrada, este curso é especificamente voltado à formação de

professores de ciências, desde o primeiro semestre. Havia expectativa, portanto, por parte dos professores, de que os alunos matriculados haviam escolhido o curso de CL porque queriam seguir a carreira de professor. Entretanto, um primeiro contato com os alunos revelou que não necessariamente o curso de CL era a sua primeira escolha, quando se inscreveram no Sistema de Seleção Unificada, o SisU.

Esta constatação inicial, somada às leituras e discussões sobre as políticas de formação de professores e os estudos sobre a atratividade da carreira docente suscitaram o interesse pela realização deste estudo.

A pesquisa foi realizada junto aos alunos por meio da aplicação de um questionário, com questões fechadas, em setembro de 2010<sup>2</sup>. O instrumento, com 37 perguntas, aborda aspectos socioeconômicos, o percurso educacional e a escolha do aluno pelo curso de graduação. Além do questionário, oito alunos participaram de entrevistas com roteiro semiestruturado, a fim de obter uma melhor compreensão sobre os motivos pelos quais esses alunos realizaram a matrícula no curso de CL. Os critérios para a escolha dos alunos entrevistados foram: alunos que não queriam fazer o curso de CL e já haviam conseguido transferência para cursos de bacharelado no próprio Campus; alunos que ainda estavam tentando matrícula no curso de sua preferência; alunos que se matricularam no curso de CL porque a nota do Enem não foi suficiente para entrar no curso de sua preferência, mas gostaram do curso e pretendiam terminá-lo e alunos que já haviam desistido do curso quando as entrevistas foram realizadas (novembro/dezembro de 2010).

Assim, o universo da pesquisa foi composto por 99 alunos que responderam ao questionário (47 do período noturno e 52 do vespertino). Já as entrevistas foram realizadas com oito alunos, seis escolhidos entre os que haviam respondido ao questionário e dois que haviam abandonado o curso e, portanto, não participaram da primeira fase da pesquisa.

## O ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA: CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES

Na impossibilidade de considerar, no presente texto, todos os dados coletados por meio do questionário, serão apresentados aqueles capazes de traçar um perfil dos alunos.

Quanto à idade, quando se considera a totalidade dos alunos do curso, verifica-se que quase metade encontra-se entre 17 e 19 anos de idade, sendo, portanto, alunos que terminaram o ensino médio recentemente. Analisando separadamente os dados dos alunos do vespertino, verifica-se que mais de 90%

---

2 O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética Institucional da Unifesp - CEP - 1127/10.

deles têm entre 17 e 23 anos. Já no noturno, 72% dos alunos têm entre 17 e 29 anos e 11% têm mais de 40 anos (o que não ocorre no grupo do vespertino). Estudo longitudinal de Mazzetto e Carneiro (2002) sobre o perfil de estudantes de licenciatura em Química também encontrou como faixa etária prevalente os jovens entre 17 e 25 anos de idade, considerando significativa também a parcela de alunos com idade entre 26 e 42 anos em sua amostragem. O referido estudo adotou como metodologia o levantamento de documentos acadêmicos de todos os alunos matriculados na Universidade Federal do Ceará entre os anos de 1995 e 2001. O artigo concluiu que o curso de Licenciatura em Química daquela universidade enfrenta problemas de evasão e identificou uma tendência dos concluintes a ingressarem em programas de mestrado em áreas específicas da Química, distantes da atuação na educação básica.

Em relação à escolaridade, 59% dos alunos do noturno e 41% do vespertino declararam ter passado algum tempo sem estudar. Sobre a prática de atividade remunerada, a investigação mostrou que há diferença entre os alunos dos dois períodos: 86% dos alunos do vespertino disseram não exercer atividade remunerada contra apenas 13% do noturno. Aproximadamente metade da totalidade dos alunos exerce alguma atividade profissional, e pode-se afirmar que o grupo do noturno é composto majoritariamente por alunos trabalhadores. Esses dados convergem com os obtidos na pesquisa sobre perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas licenciaturas com base no Enade 2005, de Brito (2007). Neste estudo, verificou-se que metade dos estudantes dos cursos de licenciatura que fizeram o Enade em 2005 eram trabalhadores, oriundos de escola pública matriculados em cursos noturnos. Esta mesma tendência foi constatada no estudo de Mazzetto e Carneiro (2002).

A etnia também foi alvo da pesquisa e prevalece, na totalidade dos alunos, a cor branca (60%), por quase o dobro da segunda mais frequente, a parda (29%). Verificando-se as frequências separadamente entre alunos do vespertino e do noturno, nota-se que 71% dos alunos matriculados no período vespertino se autodenominaram brancos contra 48% do noturno, diferenciando ambos os grupos quanto à expressividade da etnia branca que, mesmo majoritária, é bem menos frequente nos alunos que estudam à noite.

A renda familiar dos alunos indica, com base na classificação do IBGE, que os alunos estão distribuídos nas classes B, C, D e E, sendo que a maioria se concentra nas classes C e D. 69% deles disseram ter renda familiar entre cinco e dez salários mínimos. Se considerarmos os dados dos alunos do vespertino e do noturno, separadamente, verifica-se que entre os alunos do vespertino há certo equilíbrio na distribuição entre as classes C e D (39% e 35% respectivamente), enquanto que no curso noturno quase metade dos alunos (43%) pertence à classe

D. A pesquisa com os estudantes de licenciatura em Química (MAZZETTO; CARNEIRO, 2002) também aponta que sua renda média familiar é entre seis e sete salários mínimos.

Quanto à trajetória escolar, a maioria cursou o ensino médio em escolas públicas (53%). No entanto, quando analisamos os dados do período vespertino e noturno separadamente, temos que 67% dos alunos do noturno estudaram em escolas públicas contra 41% dos alunos do vespertino. Os alunos majoritariamente cursaram o ensino médio no período diurno (66%), entretanto, quando analisamos os dados somente dos alunos matriculados no período noturno, observa-se que 45% destes alunos realizaram seus estudos do ensino médio no período noturno.

Em relação à distribuição geográfica das famílias dos alunos, a maioria é de São Paulo capital e Grande São Paulo (79%), apenas 3% são de outros estados e 9% de Diadema. Esses dados indicam que o curso de Ciências - Licenciatura é procurado, principalmente, por alunos cujas famílias moram relativamente próximas à Universidade.

Quanto à escolha da Unifesp, a pesquisa revela que as duas principais razões são: a tradição no ensino (47%) e o fato de ser uma universidade pública (44%). Para os alunos do período vespertino a razão mais importante é a tradição no ensino (56%), enquanto que para os do período noturno é o fato de ser uma instituição pública (52%). Chama a atenção o pequeno percentual de alunos que escolheram a Unifesp devido ao curso oferecido (5%). Os dados demonstram que o Enem foi o principal meio pelo qual os alunos tomaram conhecimento do curso (56%), sendo duas vezes mais referido pelos alunos do que o segundo colocado, os meios de comunicação (28%). As indicações de professores (7%) e alunos da própria instituição (6%) não representaram fonte significativa de informação ao ingressante no curso de CL.

Um dado importante para esta pesquisa refere-se ao principal motivo pelo qual os alunos escolheram o curso.

É interessante observar que, para quase metade dos alunos o curso de CL, não era a primeira escolha, mas uma opção diante da nota obtida no Enem (46%). Somente 22% dos alunos escolheram o curso em busca de realização profissional. Mesmo somando este contingente aos que declaram já trabalhar na área (3%), o número de alunos que escolheu um curso de formação de professores em comparação aqueles que foram escolhidos pela sua classificação no Enem é bem menor.

Poucos alunos disseram ter escolhido o curso de CL porque veem a profissão de professor como algo promissor. Ao discutir a situação do magistério no Brasil, Motter (2007, p. 31) pondera que, apesar de haver um aumento do número de concluintes nos cursos de licenciatura, “não há garantias, no entanto,

de que os profissionais licenciados se encaminhem para o magistério, uma vez que os salários permanecem pouco atrativos”.

**Quadro 2: Motivos para a escolha do curso total (turmas vespertino e noturno)**

Motivo	Quantidade	Percentual (%)
Classificação no ENEM (foi o curso que minha classificação permitiu fazer)	45	46
Realização profissional	22	22
Mercado de trabalho promissor	10	10
Inspiração em pessoas que exercem a profissão	6	6
Trabalha na área	3	3
Grande demanda de vagas na área	3	3
Influência de professores da educação básica	1	1
Outros	9	9
Total	99	100

Em relação ao período vespertino verifica-se que a maioria dos alunos não escolheu o curso de CL (55%).

**Quadro 3: Motivos para a escolha do curso (alunos do Vespertino)**

Motivos	Quantidade	Percentual (%)
Classificação no ENEM (foi o curso que minha classificação permitiu fazer)	28	55
Realização profissional	10	19
Mercado de trabalho promissor	5	9
Inspiração em pessoas que exercem a profissão	4	7
Trabalha na área	-	-
Grande demanda de vagas na área	1	2
Influência de professores da educação básica	1	2
Outros	3	6
Total	52	100

Se considerarmos que esses são, de modo geral, os alunos mais jovens e cujas famílias têm uma condição econômica melhor, vê-se confirmada uma tendência dos jovens de classe média não optarem pela docência como acontecia até meados da segunda metade do século XX (MONLEVADE, 2000).

#### Quadro 4: Motivos para a escolha do curso (alunos do Noturno)

Motivo	Quantidade	Percentual (%)
Classificação no ENEM (foi o curso que minha classificação permitiu fazer)	17	35
Realização profissional	12	25
Mercado de trabalho promissor	5	11
Inspiração em pessoas que exercem a profissão	2	5
Trabalha na área	3	7
Grande demanda de vagas na área	2	5
Influência de professores da educação básica	-	-
Outros	6	12
Total	47	100

No período noturno, se somados aqueles que já trabalham na área (7%) com os que buscam a realização profissional (25%), tem-se quase uma igualdade entre aqueles que querem de fato ingressar na profissão docente e aqueles que estão cursando apenas porque foi o curso em que conseguiram ingressar com a nota do Enem (35%), sendo este mais um aspecto de diferença do perfil desse grupo em comparação ao dos alunos do vespertino.

A maioria dos cursos escolhidos como primeira opção pelos alunos concentrava-se na área de Ciências Biológicas (47%) e Exatas (31%), que são as áreas dos cursos oferecidos no campus de Diadema. Embora a área de Ciências Biológicas tenha sido majoritária entre o conjunto dos alunos do curso de CL, quando analisados os dados dos alunos dos períodos vespertino e noturno, separadamente, verifica-se que a opção majoritária do noturno é pela área de Ciências Exatas, 46%, enquanto apenas 19% dos alunos do período vespertino tinham como primeira opção cursos nesta área.

Questionados se mudariam de curso se tivessem a oportunidade de migrar para a primeira opção do Enem, a maioria respondeu positivamente (57%). De acordo com dados obtidos junto à Secretaria Acadêmica da Universidade, em 2010, 20 alunos do período noturno e 30 do vespertino deixaram de frequentar o curso sem solicitação de transferência, sendo considerados pela instituição como evadidos, o que equivale a 25% do total de ingressantes. Também em 2010, 22 alunos do curso de CL (10 do noturno e 12 do vespertino) tiveram sua solicitação de transferência deferida e passaram a frequentar um novo curso a partir de 2011, o que corresponde a 11% do total de ingressantes. No início de 2011, havia 54 alunos matriculados no vespertino e 55 no noturno. Deste total, quatro vieram de transferência externa.

Também em relação a esta questão há diferenças entre os grupos do

vespertino e do noturno: 54% dos alunos do noturno responderam que não mudariam de curso, contra 33% do vespertino. Porém, apesar de a maioria dos alunos não estar fazendo o curso que gostaria e manifestar o desejo de mudar, parece haver uma escolha por estudar na Unifesp, na medida em que os dados do questionário indicam que 51% dos alunos foram aprovados em outras universidades e mesmo assim optaram por fazer a matrícula nesta Universidade.

Os dados mostram significativa diferença no perfil dos alunos matriculados no período vespertino e noturno. É razoável supor que se trata de dois grupos distintos, tanto nas características socioeconômicas como nas aspirações quanto ao curso superior a ser frequentado. Porém, tais diferenças só poderão ser investigadas ao longo da graduação, principalmente no tocante à evasão dos alunos dos dois períodos.

## O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Nem sempre o jovem que termina o ensino médio tem clareza sobre qual curso superior ingressar e, mesmo para aqueles que manifestam interesse em aprofundar os estudos numa determinada área de conhecimento, a entrada no ensino superior pode ser permeada por frustrações. Diante do limitado número de vagas nas instituições públicas de ensino superior, a escolha de uma carreira, via de regra, é condicionada ao preparo do candidato para concorrer ao vestibular do curso escolhido, principalmente quando ele não pode arcar com os custos do ensino privado.

Os dados obtidos nesta pesquisa indicam que a matrícula no curso de CL não necessariamente revela a intenção desses jovens de se tornarem professores. O fato de a matrícula de 46% dos alunos no curso de CL ter sido condicionada à classificação no Enem mostra que eles não tinham a intenção inicial de fazer este curso, contudo, por diferentes motivos, acabaram optando por matricular-se.

Os motivos e expectativas que levaram os alunos, cuja opção inicial não era o curso de CL a se matricularem são variadas. Para explorar um pouco alguns desses fatores, serão apresentados, a seguir, trechos das entrevistas realizadas.

Tentei farmácia, mas não consegui por causa da nota de corte, minha nota era bem abaixo da nota de corte, aí procurei outros cursos. Minha segunda opção era Biologia, aí vi o curso de Licenciatura e resolvi me matricular, mas pensei na possibilidade de pedir transferência para Farmácia, eu não sabia que não podia. Então decidi ficar no curso porque tem Biologia, que era minha segunda opção. Passei em Farmácia numa faculdade particular, mas por questões financeiras não pude cursar (Ana Lúcia<sup>3</sup>, vespertino).

---

3 Os nomes utilizados são fictícios.

O depoimento de Ana Lúcia mostra os limites impostos pelos processos seletivos de ingresso no curso superior público e a frustração daqueles cujas condições financeiras não permitem a realização do curso superior escolhido em instituições privadas. Ela buscou alternativas próximas ao seu interesse inicial, ainda assim seu percurso de formação universitária difere daquilo que almejava.

Da mesma forma que Ana Lúcia, outros dois alunos do vespertino pretendiam que o curso de CL fosse a “porta de entrada” ao curso superior que queriam fazer, mas diferentemente dela, eles conseguiram a transferência.

Fiz o Enem, minha nota não foi tão boa, aí eu me inscrevi na Licenciatura porque na Química seria uma lista de espera, na Licenciatura eu tinha certeza que entraria, então comecei a ver as áreas afins e descobri que poderia pedir transferência para a Química, então fiz a matrícula na Licenciatura com a intenção de pedir transferência para a Química. A Licenciatura foi a porta de entrada para a Química (Letícia, vespertino).

Ao perceber que poderia solicitar transferência para o bacharelado em Química, Letícia direcionou seus esforços para essa finalidade. Cursar um ano de CL não mudou suas intenções iniciais quanto à carreira pretendida.

Lourenço não pretendia fazer CL quando se matriculou, também não sabia que poderia solicitar transferência, suas intenções eram manter-se estudando e conhecer a universidade pública.

Eu fiz a matrícula no curso de Licenciatura porque eu ia ficar parado um ano sem fazer nada e, como havia prestado dois anos em Engenharia, eu pensei: acho melhor eu entrar para ver como é o sistema da faculdade federal para ver se é isso mesmo que eu quero, se a estrutura é boa, se o ensino é bom. Foi mais para ver como era a estrutura, não para fazer o curso (Lourenço, vespertino).

Assim que soube que poderia solicitar transferência, Lourenço o fez e obteve sucesso em seu pedido, transferindo-se para o curso de bacharelado em Química.

Em relação aos alunos do noturno, as motivações, expectativas e desfechos se diferenciaram daqueles apresentados pelos colegas do vespertino. Roberto, ao explicar seus sentimentos por não ter sido aprovado no curso escolhido, disse:

não fiquei chateado porque minha intenção primeira era estudar numa faculdade pública porque não tenho condições de pagar. O curso de Licenciatura foi uma opção sim, aquela que estava disponível pela quantidade de pontos do Enem, o mais importante foi entrar numa faculdade pública (Roberto, noturno).

O impedimento para fazer o curso escolhido, além dos limites impostos pelos processos de seleção para muitos alunos, reside também na impossibilidade de prescindir do trabalho para dedicar-se integralmente aos estudos, como pode

ser visto em outro trecho do relato de Roberto:

a opção por Engenharia Química vem de uma vontade de fazer, na área de Ecologia, alguma coisa voltada à ecologia. Só que o curso aqui [Unifesp] é integral, não daria para eu fazer. Trabalho, tenho família, preciso trabalhar, não posso fazer essa opção. Aí eu fiz o vestibular normal para Engenharia Química e quase entrei. Como a minha ideia era fazer uma faculdade pública porque eu não posso pagar, então eu vi outros cursos no Enem, então eu optei por Licenciatura que a quantidade de pontos no Enem permitia (Roberto, noturno).

Roberto prossegue explicando por que pretende concluir o curso de Licenciatura:

Estou com 49 anos, vejo o seguinte cenário para o futuro: uma hora terei que parar de trabalhar. Essa opção pela faculdade, pelo curso, é algo que eu estou pensando mais para o futuro mesmo, dar aula não depende de aposentadoria (Roberto, noturno).

É interessante observar em seu depoimento que ser professor não é uma profissão, um trabalho, mas uma atividade para depois do trabalho ‘oficial’ do qual pretende se aposentar. A ideia de uma carreira secundária que pode ocorrer paralelamente a outra principal ou quando da velhice e não vinculada à independência financeira também foi observada por Gatti (2009) em suas investigações.

Assim como Roberto, Rafael também não pretendia fazer CL, mas reavaliou o curso e pretende concluí-lo.

Já estudei várias vezes em faculdades privadas e tive que parar porque não conseguia pagar. Fiz o Enem e tirei uma nota boa - 728. Tentei várias faculdades, tentei a UFABC, mas não consegui porque a nota lá foi muito alta. No último dia me sobrou a Licenciatura. Não era o curso que eu queria fazer. Procurei Farmácia, procurei Química. Eu sempre achei que o curso de Licenciatura ninguém respeita. Mas quando eu comecei a fazer o curso eu me encantei, percebi que não é aquilo que colocam. Eu sempre tive respeito, mas agora eu começo a ter admiração. O curso de Licenciatura se tornou agora para mim preferencial. Primeiro porque vou me aposentar, não quero mais trabalhar em indústria, vou realmente lecionar, quero lecionar, quero seguir a carreira (Rafael, noturno).

Além da intenção de preparar-se para exercer a profissão de professor após a aposentadoria, tal como Roberto, o depoimento de Rafael traz uma questão interessante que é a mudança de opinião em relação ao curso de CL, a partir de sua experiência nos dois primeiros semestres. Isto pode indicar que, no decorrer do curso, alunos que inicialmente não pretendiam fazê-lo, muitas vezes, pelo desprestígio da profissão, poderão construir outra opinião e fazer a opção

pela carreira docente.

Diferentemente de Rafael e Roberto, que já decidiram por permanecer no curso e concluí-lo, Tânia ainda tem a expectativa de fazer o curso originalmente escolhido.

Eu prestei o Enem e, assim, minha nota no curso que eu queria, Pedagogia, eu não atingi, faltou um pouco, tinha muito mais candidatos, aí eu vi que no curso de Licenciatura tinha muitas vagas, aí eu me interessei, eu falei, vou me candidatar. Se até o ano que vem [2011] eu não conseguir entrar na Pedagogia eu vou terminar a Licenciatura (Tânia, noturno).

Entre os alunos que estavam cursando CL, mas pretendiam fazer outro curso, havia aqueles que não tinham interesse pela profissão docente porque se identificavam com outras áreas de conhecimento, mas também foram encontrados casos em que não querer fazer o curso de CL estava diretamente vinculado ao desprestígio da profissão de professor e aos baixos salários, como no depoimento de Ana Lúcia (vespertino):

é uma profissão que eu gosto, acho interessante, importante na sociedade, é uma das profissões mais importantes, porém uma das mais desvalorizadas, esse é um dos motivos porque as pessoas não querem ser professor.

A desvalorização salarial da carreira docente tem sido verificada por pesquisas que buscam comparar os salários dos professores da rede pública com outros profissionais do setor público e privado com formação em nível superior. Moriconi e Marconi (2008) verificaram que, no período de 1995 a 2006, houve significativa diminuição na diferença entre o salário de um professor com nível superior que trabalha no ensino público, profissionais tanto do setor público quanto privado e os professores do setor privado com a mesma formação. No entanto, o estudo verifica que os salários desses professores continuam mais baixos. Em relação aos profissionais do setor privado com a mesma formação, os professores que trabalham no ensino público também recebem salários menores.

Estudo mais recente realizado por Alves e Pinto (2011) demonstrou que a média salarial dos professores da educação básica é inferior a de outros profissionais com o mesmo nível de formação e, em alguns casos, menor que a média salarial de profissionais com formação técnica.

Essa contradição entre o reconhecimento da função social da profissão e a desvalorização social e financeira também foi observada por Gatti (2009). Seus entrevistados relataram conferir ao magistério importância e reconhecimento da função do professor na formação das novas gerações, ao mesmo tempo em que manifestaram a opinião de que há desvalorização e desrespeito pela profissão e pelo professor por parte da sociedade e do governo.

Ao verificar que não poderia pedir transferência para o curso de Farmácia, Ana Lúcia decidiu permanecer no curso de CL, mas não tem intenção de ser professora da educação básica.

Eu gosto da profissão de professor, eu gosto de dar aula, mas o que não incentiva é o salário, sinceramente professor não é valorizado. As condições da profissão são ruins. Mas ser professor universitário aí já me interessa, mais que do ensino médio, do ensino fundamental. Não vou fazer o Enem para tentar Farmácia novamente, minha intenção é fazer mestrado, doutorado para trabalhar no ensino superior (Ana Lúcia, vespertino).

A imagem social de desvalorização do professor e o real desprestígio da profissão, ocorridos principalmente na segunda metade do século XX, parece desencorajar aqueles que gostariam de se dedicar à docência. Esta questão também é apresentada por Reinaldo, aluno que abandonou o curso de CL e a Unifesp no segundo semestre de 2010. Explicou a sua matrícula na CL com as seguintes palavras:

Porque foi a única opção que minha nota do Enem permitia para a Unifesp. Minha vontade era fazer Engenharia Química na Unifesp, mas minha nota daquele ano não permitiu (Reinaldo, ex-aluno).

Como não pretendia ser professor, quando teve oportunidade, trocou de universidade para fazer outro curso de seu interesse. Questionado sobre a razão de ter abandonado o curso de CL, reforçou uma explicação corrente:

Porque em nosso país, infelizmente, a profissão de professor não é bem remunerada. Só por isso. Eu venho de uma família de professores e sei o quanto é sofrida a vida financeira dos professores de nível médio. No nível superior o salário é um pouco melhor. Eu adorei a proposta do curso da Unifesp e achei a Universidade bem equipada, com bons laboratórios. Mas quero ter uma profissão que dê algum conforto para minha família (Reinaldo, ex-aluno).

Questionado se estava satisfeito com o novo curso, Reinaldo respondeu vinculando o gosto pela área de conhecimento à crença de ter uma boa profissão no futuro, algo que na opinião dele não seria possível sendo professor: “Sim. Estou adorando o curso que escolhi: Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E terei uma boa profissão num futuro próximo” (Reinaldo, ex-aluno).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa podem ser compreendidos como uma contribuição para se pensar as políticas de formação de professores, no marco da expansão das universidades federais e a relação entre a desvalorização da carreira docente e o desinteresse dos jovens pela profissão de professor.

Os dados reforçam duas questões frequentes nos debates educacionais: (i) a seletividade operada pelas instituições públicas de ensino superior e (ii) a condição desvalorizada da carreira docente.

O perfil dos alunos do curso de CL assemelha-se ao perfil de outros alunos de cursos de Licenciatura, como indicado no decorrer do texto: em sua maioria são alunos jovens que estudaram em escolas públicas, oriundos das classes C e D e, especialmente o grupo do noturno, constituído por aluno trabalhador. Isto significa que, pelo menos metade dos ingressantes, não pode estudar em período integral ou durante o diurno.

De modo geral, eles fazem parte de uma parcela da população que só recentemente passou a ter oportunidade de frequentar a universidade. Deste ponto de vista, pode-se dizer que o Reuni está cumprindo um papel importante na democratização do acesso ao ensino superior, porém limitado na medida em que as oportunidades econômicas, sociais e educacionais não são iguais em nossa sociedade. Assim, mesmo tendo entrado numa universidade pública, esses alunos não tiveram igualdade de condições quando concorreram com os estudantes pertencentes às classes A e B, nos processos de seleção ao ensino superior. Estes normalmente contam com uma preparação voltada para essa finalidade, construída na educação básica e reforçada pela condição socioeconômica das famílias, além de possuir recursos para estudar em universidades privadas, caso não consigam ou não queiram ingressar numa pública.

Essa seletividade pode ser compreendida com base nos limites que o sistema de produção capitalista impõe à democratização dos bens materiais e simbólicos produzidos pela humanidade. Na medida em que há crescimento econômico e desenvolvimento social, todas as classes sociais passam a ter acesso a bens que não tinham em outros momentos históricos; contudo, para as classes populares, este acesso é limitado. Por isto, diante da não democratização da educação básica, no sentido de ela ter um padrão de qualidade comum a todos, de maneira a oferecer aos jovens das diferentes classes sociais as mesmas condições de ingresso no ensino superior, estabelece-se um conjunto de políticas educacionais que, a despeito de permitir certa mobilidade, reproduz a divisão de classes sociais presente na sociedade, como estudos realizados nos anos de 1970 e 1980 nos Estados Unidos já indicavam (BOWLES; GINTIS, 2011; CARNOY; LEVIN, 1987).

Outro aspecto interessante da pesquisa diz respeito à significativa parcela de alunos que afirmou não pretender se matricular num curso de formação de professor quando da realização do Enem. Os dados deste estudo sugerem que boa parte dos jovens, do estrato social dos alunos que participaram da pesquisa, não veem a carreira docente como uma opção profissional.

Nesse contexto, as políticas educacionais, em especial as de formação de professor, devem responder tanto à qualidade da formação inicial e continuada desse profissional quanto às condições de exercício da docência, com vistas a atrair o interesse de uma parcela daqueles que almejam o ensino superior para os cursos de formação de professores. As políticas de incentivo ao oferecimento de cursos de licenciatura precisam ser acompanhadas da valorização do trabalho docente, com carreira e salários compatíveis com outras profissões que exigem curso superior.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Análise das características do trabalho da remuneração docente no Brasil a partir das bases de dados demográficos e educacionais. In: *Anais 2011 da 34ª Reunião Anual da ANPED*. GT 05. Natal, 2011.

BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist America*. educational reform and the contradictions of economic life. Chigago, Illinois: Haymarket Books, 2011.

BRASIL. *Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. *Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1)>. Acesso em 13/01/2011.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em 13/01/2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Superior - 2009*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>

BRITO, M. R. F. ENADE 2005: Perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas Licenciaturas. In: *Análise*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 401-443, set. 2007.

CARNOY, M.; LEVIN; H. M. *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1987.

CASTRO, A. M. D. A. A expansão e o acesso ao ensino superior: os novos desafios da educação brasileira. In: JUNIOR, L. S.; FRANÇA, M.; FARIAS, M. S. B. *Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livro, 2011.

GATTI, B. A. (coord.) *Atratividade da carreira docente no Brasil*. Relatório Preliminar. Fundação Victor Civita. São Paulo, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

LÊDA, D. B. Universidade nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais. Mais uma dose da reforma universitária? In: *29ª reunião anual da ANPED*. Caxambu, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1979-int.pdf>

MARTINS, J. de S. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZETO, S.E.; CARNEIRO, C.C. Licenciatura em Química da UFC: perfil socioeconômico, evasão e desempenho. *Química Nova*. São Paulo, v. 25, n. 6B, p. 1204-1210, nov./dez. 2002.

MONLEVADE, J. A. C. *Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MORICONI, G. M.; MARCONI, N. *Os salários dos professores públicos são atrativos no Brasil?* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em <http://cepesp.fgv.br/node/164>

MOTTER, P. A situação do magistério no Brasil: perfil dos professores da educação básica. In: *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Conselho Nacional de Secretários de Educação*. Seminário Internacional sobre Políticas de Profissionalização Docente - III Reunião Ordinária do CONSED 2006. Brasília, 2007.

RUIZ, A. I; RAMOS, M.N; HINGUEL, M. *Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais*. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em 04/01/2012.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SLAUGHTER, S; LESLIE, L .L. *Academic capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

---

❶ **MÁRCIA APARECIDA JACOMINI**, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, é professora do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp.  
E-mail: marciajacomini@uol.com.br

❷ **MARIAN A. L. DIAS**, doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, é docente de Psicologia da Educação do curso de Ciências - Licenciatura da Universidade Federal de São Paulo, membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.  
Email: mariandias@uol.com.br

❸ **MARILENA A. SOUZA ROSALEN**, doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, é professora de Didática do curso de Ciências – Licenciatura da Unifesp.  
E-mail: marilena.rosalen@gmail.com

*Recebido em janeiro de 2012*

*Aprovado em maio de 2012*